

FORMAÇÃO DA OPINIÃO

Harwood L. Childs

As tentativas para descobrir índices fidedignos das tendências da opinião pública e medir o seu estado tem sido acompanhadas de indagações que perscrutam igualmente a natureza do processo formativo da opinião pública. Propomo-nos nesta palestra a fazer um levantamento do progresso obtido por estudos dessa espécie, a chamar a atenção para algumas das hipóteses aventadas, e a indicar a natureza do problema tal como se nos apresenta hoje em dia. Na conferência anterior, notamos que entidades pesquisadoras, tais como o Instituto Americano de Opinião Pública e a revista Fortune, baseiam suas práticas na suposição de que fatores tais como idade, sexo, rendimentos e outros desempenham importante papel no processo formativo da opinião pública. Será válida essa suposição? Estamos, afinal de contas, realmente informados sobre esse processo?

Em primeiro lugar, cumpre salientar mais uma vez que a opinião pública é apenas uma coleção de opiniões individuais. Se conseguirmos descobrir como as opiniões pessoais se formam, saberemos como se forma a opinião pública. As opiniões são sempre expressões individuais da atitude. A crença de que há uma mente de grupo, uma entidade dissociada dos seres humanos individuais, foi totalmente abandonada.

Em segundo lugar, é necessário apresentar de novo a nossa definição de opinião. É meramente uma expressão, uma única expressão verbal da atitude. Toma sempre a forma de palavras escritas e orais. Mas todas as palavras que pronunciamos ou escrevemos constituem expressões de opinião? Não devemos fazer distinção entre afirmações de fatos e expressões de opinião?

O Dr. A. LAWRENCE LOWELL acredita que devemos distingui-las e define opinião como "a aceitação de um entre dois ou mais pontos de vista contraditórios, qualquer dos quais podendo ser aceito por uma mente racional como correto". Esta definição da margem a duas questões complicadas. Que é um fato? E o que é mente racional? Pessoalmente, não vejo razão válida para restringir o sentido da palavra "opinião" a expressões verbais da atitude, a pontos de vista "mantidos racionalmente", por ser difícil definir o que queremos dizer com racional. Pontos de vista e opiniões irracionais podem ter tanto significado político quanto os puramente racionais. Penso, entretanto, que vale a pena distinguir fatos e opiniões, apesar da grande dificuldade que há em fazê-lo.

Mas o que é atitude? O professor Gordon Allport tratou cuidadosamente dessa questão. Depois de salientar que essas palavras têm uma vasta gama de acepções, sendo usada pelos escritores com muitos significados diferentes, formula ele a seguinte definição: "Atitude é um estado mental e neutro de disposição, organizado através da experiência, exercendo uma influência diretiva ou dinâmica sobre a resposta do indivíduo a todos os objetivos e situações com que se relaciona". Neste sentido, o termo distingue-se de palavras tais como reflexos, hábitos, instintos, desejos, sentimentos e traços. O professor Thurstone define-a como "soma total de inclinações e sentimentos, tendências favoráveis ou desfavoráveis, noções, idéias, receios, ameaças e convicções humanas preconcebidas sobre qualquer tópico específico". Podemos, pois, de um modo geral, considerar a atitude como uma disposição, de parte de um indivíduo, para agir ou reagir de uma determinada maneira, geralmente favorável ou desfavoravelmente, com relação a um assunto ou objeto específico.

O terceiro ponto que desejo sublinhar é que uma completa compreensão do processo formativo da opinião pressupõe um conhecimento de como se formam as atitudes, o que, por seu turno, presume o conhecimento de como a própria personalidade se desenvolve. O problema não é simples, mas sim extremamente complexo. Biólogos e psicólogos tem dedicado maior atenção a essa questão do que qualquer outro grupo de especialistas. Mas esse não é, de modo algum, um problema que interesse exclusivamente a eles. O próprio fato de a filosofia política e de a engenharia social e política basearem-se, em grande parte, nas teorias da personalidade, põe em relevo a importância de estar em dia com as pesquisas psicológicas. Seja ou não o estudo de Relações Públicas um simples ramo da psicologia, o importante é conseguir a informação mais abalizada de que se disponha, para auxiliar a resolver nossos principais problemas sociais e políticos.

Por que as pessoas expressam as opiniões que expressam? Por que pessoas supostamente bem informadas e razoavelmente objetivas têm diferentes opiniões com relação à mesma questão? Por que algumas pessoas exprimem opiniões, enquanto outras não o fazem? Por que encontramos considerável acordo em algumas questões, e pouco ou nenhum em outras? A que podemos atribuir súbitas mudanças de opinião em alguns assuntos e estabilidade pronunciada em outros? Que fatores são os mais importantes no processo formativo da opinião? Existem proposições gerais, relativas a esses assuntos, que sejam válidas?

Pelo menos uma afirmação ou proposição pode ser feita com segurança: que nossas opiniões são o que são por causa da influência de uma multiplicidade de fatores. É perigoso aventurarmo-nos além desse ponto. Tentando explicar porque motivo homens de bom-senso e sem preconceitos chegam a diferentes opiniões, embora disponham da mesma informação, o Dr. LOWELL destaca o efeito da atribuição de pesos diferentes às provas apresentadas; os vários graus de atenção que as pessoas dedicam a um mesmo problema; e a influência da emoção. Mas por que os homens experimentam diferentes reações emotivas para com o mesmo assunto ou questão? E por que alguns prestam a ele maior atenção do que outros? E por que, como decorrência disto, atribuem pesos diferentes às provas apresentadas?

Walter Lippmann destaca o papel desempenhado pelos estereótipos no processo formativo da opinião – imagem das coisas criadas em nossa mente como resultado do que realmente vemos, ouvimos ou sentimos. O que essas imagens são depende, naturalmente, não só do nosso acesso aos fatos, mas também do seu impacto sobre nossa personalidade em constante transformação. E assim, poderíamos continuar percorrendo a literatura, para buscar explicações, mesmo contraditórias, para o processo de formação da opinião.

Chegamos, novamente, à afirmação de que só poderá ser resolvido o problema da determinação das causas de nossas opiniões se descobirmos a razão por que somos o que somos. Ninguém tem a resposta completa. Sabem-se, porém, algumas coisas. Sabe-se que nossas opiniões, bem como nossas personalidades, são o que são em virtude da interação das influências da hereditariedade e do ambiente. Os estudiosos da biologia e da psicologia enumeram e descreveram muitos desses fatores hereditários e ambientais, especialmente os de natureza orgânica. Os estudiosos da sociologia e das ciências sociais tem feito o mesmo em relação às influências ambientais.

Uma pergunta pode ser feita: porque é preciso descrever tão amplamente a gênese das opiniões? Por que não basta restringir nossas considerações apenas às influências importantes? Mas, quais são as importantes? Sem dúvida, o que lemos tem muito a ver com nossas opiniões sobre certos assuntos. Mas, duas pessoas podem ler o mesmo livro ou jornal e chegar a pontos de vista diametralmente opostos.

Têm sido feitas várias tentativas para enumerar e classificar as influências que tornam nossas opiniões o que elas são. Parte-se, geralmente, da distinção entre fatores hereditários e ambientais. Daí em diante, há uma variação considerável. No que concerne à hereditariedade, a noção de que as pessoas têm instintos específicos ao nascerem tem sido grandemente desacreditada. Talvez cheguemos a este mundo com certos "reflexos predominantes", como os chama o professor ALLPORT, mas estudos psicológicos recentes têm salientado a natureza plástica e maleável de nosso equipamento hereditário. Temos, de fato, algumas potencialidades, que assumem diferentes formas segundo o ambiente em que se desenvolvem. As opiniões certamente não são herdadas, nem as atitudes. Os homens não nascem radicais ou conservadores, e muito menos partidários do New Deal ou do comunismo. As nascem, eles são apenas um conjunto de potencialidade. Isto não significa que não se possa predizer, até certo ponto, a cor da pele, o tipo de cabelos e alguns outros traços. E, todavia, é tão grande a influência do ambiente, que, mesmo com relação a essas características físicas, nossas predições podem malograr.

Não se conclui daí que as influências ambientais sejam decisivas. As potencialidades humanas, mesmo por ocasião do nascimento, variam de pessoa para pessoa. O ambiente pode servir para reduzir as diferenças em alguns aspectos e aumentá-las em outros. Defrontamo-nos com um processo crescente de desenvolvimento, em que os fatores hereditários e ambientais estão agindo e reagindo uns sobre os outros. Deste processo de interação surge uma personalidade individual, com certos hábitos, atitudes e traços que são comuns a muitos, e com outros que são únicos.

No que diz respeito ao ambiente, é costume classificar os fatores em físicos, biológicos, psicológicos e sociais. Essas categorias podem dividir-se e subdividir-se indefinidamente. Parece não haver, entretanto, uma base de subclassificação que seja de aceitação geral. Os fatores físicos compreendem a geografia, o clima, os recursos minerais, a topografia e muitos outros aspectos materiais do meio em que vivemos.

Sem dúvida, o lugar em que vivemos e trabalhamos tem muito a ver com nossas opiniões. Mas há muita coisa que nos falta saber.

Muitos estudiosos têm procurado explicar as diferenças e também as uniformidades de opinião, em grande parte em termos de um desses fatores. Nosso ambiente biológico, a presença ou ausência de formas específicas de vida animal ou vegetal, e as características raciais daqueles com quem estamos associados muito tem a ver com nossas atitudes e opiniões. Nosso ambiente psicológico também é importante – as atitudes e opiniões de nossos companheiros, bem como as idéias que tem e expressam.

Além disso, devemos tomar em conta os padrões de organização social e de vida institucional. Nossas opiniões e nossas crenças estão sendo constantemente afetadas pelo caráter das instituições políticas, sociais, econômicas e religiosas que nos cercam. Já é frustradora a simples enumeração de todos os fatores que tornam nossa opinião o que ela é, para não falar do problema da ponderação de sua relativa influência.

Como foi notado previamente, o Instituto Americano de Opinião Pública, a revista Fortune e outras entidades pesquisadoras baseiam-se na teoria de que o sexo, a idade, o lugar de residência, o rendimento e talvez a raça, a religião e a filiação partidária são as influências mais importantes que tornam nossas opiniões o que elas são. Fundamentam essa teoria em sua experiência que parece indicar que uma amostra relativamente pequena, que, nesses aspectos, seja proporcional à população total, será também proporcional a ela no que concerne às suas opiniões. Se isto é verdade, está aí uma descoberta de importância fora do comum. Se, ao saber onde uma pessoa mora, qual sua idade e sexo, se ganha muito ou pouco, e se pertence a uma certa raça ou a um determinado partido político, pudermos com isso prever as suas opiniões, então muito do mistério que cerca o problema da formação da opinião desaparecerá. Há, porém, dificuldades que acompanham esta suposição.

Um exame dos inquéritos realizados pelo Instituto Americano de Opinião Pública, de outubro de 1935 a maio de 1938, indica uma variação considerável no grau de concordância das respostas. Em muitas questões, como foi anteriormente indicado, mais de 85 por cento dos respondentes expressaram a mesma opinião. Na maioria delas, porém, a concordância foi menor, e em muitíssimos casos a opinião estava dividida em partes iguais ou quase iguais.

Se, porém, fatores tais como idade, sexo, local de residência e rendimentos tornam nossas opiniões o que elas são, como é que poderemos explicar o fato de que pensamos, em muitas questões, de forma bastante semelhante, apesar dessas diferenças?

Descobrimos, além disso, ao examinar as respostas obtidas, que em algumas questões a extensão do acordo é muito grande quando se classificam os questionários por grupos de idade, mas não quando eles são repartidos tomando por base os rendimentos, o sexo ou outra característica. Conclui-se daí que a influência desses fatores varia de questão para questão.

Essas observações indicam a dificuldade existente na determinação empírica dos fatores importantes e da sua influência relativa. Em algumas questões, aparentemente nenhum dos fatores empregados pelas entidades pesquisadoras em suas fórmulas de amostragem era importante. Se não fosse assim, como poderíamos explicar o alto grau de concordância encontrado em certas respostas, apesar das diferenças de idade, sexo, rendimentos e outras? Em outros casos, certos fatores, como rendimentos ou idade, mostravam ter importância especial, em virtude da unanimidade de opiniões expressas por aqueles que pertenciam a uma categoria específica.

Outro ponto importante deve ser notado. O alto grau de correlação existente entre a idade de uma pessoa e as suas opiniões não estabelece necessariamente uma relação causal. Pode ser que sua idade determine o que ela lê e ouve, e que o conteúdo de sua leitura e das coisas ouvidas seja, na verdade, o fator decisivo na determinação das suas opiniões. Isto não diminui, de modo algum, a importância do alto grau de correlação existente entre idade e opinião. Mostra, apenas, que alguma influência que não a idade pode ter isso a causa próxima e imediata das suas opiniões sobre certos assuntos.

Os fatores próximos que afetam nossas opiniões são, afinal de contas, os mais importantes na prática. Sem saber quais são eles, estaremos perdidos ao tentar explicar súbitas e amplas modificações, em ocasiões em que fatores tais como idade, sexo, rendimento e lugar de residência permanecem praticamente constantes.

Acho razoável considerarmos que a causa próxima de nossas opiniões é aquilo que lemos, ouvimos e vemos. A influência desses fatores pode ser, e provavelmente é, até certo ponto, determinada pelo lugar em que vivemos, por nossa idade e por nosso grau de prosperidade, o que, por seu turno, pode ser condicionado por nossa herança biológica, física, social e psicológica. A esses últimos fatores podemos chamar secundários latentes, em contraste com os fatores primários, que são ativos. Eles condicionam nossas personalidades e nos predispõem a agir de maneira específica. Em muitos casos, entretanto, indicam muito mal quais serão nossas opiniões sobre assuntos específicos, e não explicam as mudanças amplas e rápidas que se processam nos estados de opinião pública em ocasiões em que eles, pelo contrário, permanecem constantes.

Os determinantes imediatos da opinião são os canais de comunicação, bem como o que vem através deles – idéias, relatórios, notícias e representações que constituem o nosso mundo de símbolos verbais. Fixando nossa atenção nos conflitos de idéias e nos grupos que as propagam, adquiriremos muito melhor compreensão da razão de ser de nossas idéias e opiniões de que estudando a influência remota do clima, da biologia e da psicologia humanas, ou mesmo das próprias instituições sociais. Nos limites estabelecidos por estes bastantes rígidos fatores condicionantes, o processo formativo da opinião opera-se com a rapidez de um raio.

Têm-se feito algumas experiências para medir a influência de fatores específicos no processo formativo da opinião. A dimensão desses fatores varia desde a do anúncio em uma pequena revista até a de instituições como a imprensa, o rádio ou um grupo de pressão. Os publicitários desejam saber qual o efeito de um determinado anúncio sobre a opinião pública. Administradores de empresas desejam medir o sucesso de uma campanha de Relações Públicas. Políticos desejam saber se, em uma campanha eleitoral, os jornais são mais eficazes que os programas de rádio.

Falamos com facilidade sobre a influência deste ou daquele grupo de pressão, mas, em geral, só temos uma noção muito vaga da extensão dessa influência. Em muitos casos, não se faz nenhuma tentativa especial para isolar o fator e determinar a sua influência. Para muitas empresas basta saber que, depois de se ter gasto um milhão de dólares em anúncios, as suas vendas aumentaram; e, para os políticos que uma campanha de propaganda resultou na eleição do seu candidato ao cargo. Eles não se preocupam com a questão da precisa extensão em que o anúncio ou o veículo especial usado foi responsável pelo resultado. Produtores cinematográficos julgam a reação do público para com um filme pela receita da bilheteria; radialista, pelas cartas dos ouvintes; redatores de jornais, pela sua circulação. Um número infinito de manifestações da opinião pública pode ser usado como indicadores rudimentares.

Por que é desejável, então, determinar mais exatamente os efeitos ou a influência de fatores específicos? Entre os motivos, está o financeiro. Saber quais os fatores mais importantes permite economizar dinheiro. No mundo dos negócios, envidam-se constantes esforços para testar a influência de tipos especiais de determinados veículos, as respostas a diferentes espécies de programas, produtos, serviços, etc. Esse tipo de conhecimento, porém, não tem apenas valor propagandístico; tem também valor comercial. Sabendo quais os fatores mais importantes no processo formativo da opinião, os realizadores de campanhas podem planejá-las com maior certeza dos resultados.

Em cada problema desta espécie, a experiência começa por um inquérito para determinar o estado inicial da opinião pública, e termina por outro, posterior à experiência, para determinar a extensão das transformações produzidas. Como é possível, porém, manter constantes todos os outros fatores que afetam as transformações a fim de permitir a avaliação da influência precisa do fator que nos interessa?

O professor Gosnell tentou uma experiência deste tipo para determinar o efeito do uso da solicitação de voto, sem vinculação com filiação partidária, feito por correspondência aos cidadãos residentes em distritos selecionados de Chicago. Escolheu doze distritos reconhecidamente típicos, pelo menos quanto às características econômicas e raciais da população total da cidade. Os eleitores de cada distrito foram divididos em dois grupos, a fim de não diferirem fundamentalmente com relação a características raciais, econômicas ou qualquer outro de importância. Um grupo foi submetido a uma dose maciça desses apelos, enviados pelo correio. O outro grupo não foi. Desse modo, o efeito das outras influências foi mantido constante, permitindo assim que quaisquer diferenças surgidas na votação dos dois grupos pudessem ser, com razão, atribuídas a esses apelos. Por meio deste método de grupos controlados pode-se avaliar, com algum cuidado, a influência exata de certos fatores no processo formativo da opinião. O ponto crucial do problema está na seleção de dois grupos sujeitos exatamente às mesmas influências com exceção daquela que pretendemos medir.

Um recurso comum para testar a influência relativa de diferentes fatores no processo formativo da opinião é o método da classificação. As classificações não indicam necessariamente, relações causais, nem permitem determinar em todos os casos a influência relativa dos fatores. Analisando mais uma vez o trabalho dos institutos de pesquisa, descobrimos que eles separam os questionários recebidos de acordo com a idade, o sexo, a raça, os rendimentos, a residência e outras classificações. Se todos os respondentes de um determinado grupo etário manifestam as mesmas opiniões relativamente aos assuntos selecionados, há fortes razões para supor que o fator idade tem muito a ver com as expressões de opinião. Se os questionários indicam uma concordância de cem por cento em cada grupo de sexto, e apenas 50 por cento de concordância nos grupos de rendimento semelhante, isto nos leva a concluir que o fator idade é mais importante que o fator sexto, e que o fator rendimento quase não tem importância.

O fato de o grau de concordância em um determinado assunto variar tanto, com relação aos diferentes fatores, indica que eles nem sempre tem o mesmo peso. Além disso, o fato de ser diferente a distribuição percentual segundo a questão analisada indica que a maneira de formular a questão altera a influência relativa dos diversos fatores. Essas classificações, porém, são valiosas, podendo ser usadas para descrever o que se pode chamar padrão de opinião de um determinado grupo. Como foi anteriormente indicado, entretanto, a tentativa de estabelecimento de uma fórmula específica para a amostragem da opinião pública com base nesses fatores não tem probabilidade de sucesso. Se, por exemplo, as experiências indicam ser o sexo um fator determinante na formação da opinião, a sua utilização simultânea com uma quantidade de fatores insignificantes na execução de nossa fórmula pode prejudicar, em vez de aprimorar os resultados.

Têm-se usado técnicas de classificação para comparar os votos masculinos e femininos, para analisar as diferenças de atitudes políticas da população urbana, de pequenas comunidades e rural, bem como para estudar a filiação política em função da religião, da nacionalidade, da raça e de muitos outros fatores. Estudiosos da ciência política têm dado maior atenção às estatísticas eleitorais do que a qualquer outro tipo de dados sobre opinião. Essas estatísticas são classificadas por Estados e municípios e, em muitos casos, por bairro, zona e distrito eleitoral. Com esse tratamento, elas podem ser usadas na feitura do mapa do comportamento eleitoral das regiões particulares do país; para comparar as tendências das opiniões dos votantes com outras tendências; e, distribuídas cronologicamente, como fez o Dr. Stuart A. Rice, podem ser usadas para determinar a existência e o caráter dos ciclos de alternância partidária, ou para estudar o que ele chamou de "amplitude" das oscilações eleitorais na época atual, em comparação com as épocas anteriores.

Talvez se deve acrescentar uma palavra em relação ao significado das séries cronológicas. Como afirma o Dr. Rice:

"A invenção e o aperfeiçoamento de métodos estatísticos precisos para analisar as séries cronológicas tem sido uma das inovações mais importantes dos últimos anos em toda a extensão da ciência social. O uso desses métodos tem-se limitado, entretanto, quase que exclusivamente ao campo da economia. Eles chegaram a ser aí um precioso auxiliar na descrição das miríades de flutuações nas atividades empresariais que interessam aos homens práticos. [...] Podem-se mencionar como exemplo certos estudos, como o da comparação entre a produção e os preços de vários produtos agrícolas, ou entre os preços das ações e das obrigações".

O Dr. Rice foi um dos primeiros a aplicar esse tipo de método ao estudo dos fenômenos políticos e da opinião pública. Seus estudos mostram que variações de tipo já familiar em economia podem ser encontradas também em opinião pública, tais como tendências seculares, variações cíclicas, influências sazonais e modificações fortuitas.

Com relação a um caso, por exemplo, ele procurou descobrir se as modificações da opinião pública que se refletem nas estatísticas eleitorais acompanham certas variações econômicas por ele selecionadas. As modificações percentuais dos votos republicanos poderiam, a seu ver, indicar o que freqüentemente se chama "pêndulo da política", da mesma forma como as modificações percentuais nos votos dos pequenos partidos poderiam fornecer a medida do crescimento ou da redução da dissidência em ambas as grandes organizações partidárias. Sua conclusão, baseada nas estatísticas eleitorais de Nova Jersey, é que "os ciclos estão presentes, embora não pareçam ocorrer com tanta freqüência quanto nos negócios", e considera que, "os ciclos de alternância partidária observados em Nova Jersey devem ser atribuídos a um fator ou a fatores de modificação de atitudes sem ligação estreita com as alterações na prosperidade dos negócios." Quer essa afirmação seja verdadeira, quer seja falsa, cumpre salientar que as séries

cronológicas da opinião pública são muito úteis na comprovação das hipóteses formuladas quanto à formação da opinião, e na mensuração da influência de diferentes fatores nesse processo.

Pode-se citar um outro exemplo da aplicação das séries cronológicas à análise dos dados relativos à opinião. O Dr. Rice procurou comprovar a afirmação de que uma tendência da massa do eleitorado no sentido de favorecer um candidato em detrimento de outros conduz a sua influência mais longe hoje em dia do que no passado. A questão está em saber se a "amplitude" da oscilação eleitoral tem aumentado nos últimos cem anos. Pareceu ao Dr. Rice que "causas mais fundamentais que as indicadas por fatores contidos na situação política imediata talvez estivessem atuando, podendo ser parcialmente responsáveis pelas surpreendentes modificações de atitudes indicadas pelas reviravoltas eleitorais.

Nos últimos cem anos, os cidadãos deste país tem entrado em contato cada vez mais íntimo uns com os outros, expondo-se, por isso mesmo, a receber mais facilmente a influência de correntes de opinião ou emoção que possam surgir em qualquer parte do grupo". Entre os fatores que contribuem para esse fenômeno, mencionou ele a urbanização, das comunicações, dos jornais, do cinema, do rádio e outros. Posteriormente à data em que ele escreveu, tem sido testemunhas de uma série de desvios eleitorais bruscos – em 1928, 1932 e 1936. Surge daí uma interessante questão: saber se os grandes públicos, pelo desenvolvimento que acabamos de mencionar, estão adquirindo gradativamente o caráter de multidão, movendo-se em uma ou outra direção cada vez com maior força e intensidade.

Para comprovar essa hipótese, usaram-se várias tabelas de estatística eleitoral, nas quais se percebe como variam os desvios em direção ao candidato vencedor. Determinaram-se, então, os índices da "tendência a desvios bruscos". Era nítida a presença de oscilações cíclicas, especialmente a partir da Guerra Civil. De 1867 a 1921 registrou-se uma tendência ascendente, e cinco ciclos completos. Compararam-se esses ciclos com as tendências dos negócios, e dessa comparação conclui-se haver uma relação definida entre os ciclos dos negócios e as oscilações das maiorias políticas. Embora esses dados contenham algumas questões de difícil solução, afirma o Dr. Rice que "talvez a melhor prova do significado desses dados esteja na relativa regularidade com que aparecem os ciclos de desvios bruscos."

Essas ilustrações sugerem apenas algumas das maneiras como se podem usar as estatísticas eleitorais no estudo do processo formativo da opinião. Esses algarismos têm considerável valor como indicadores de atitudes e opiniões, e tem sido usados com maior frequência do que quaisquer outros. Tanto são amplos quando se referem a um largo espaço de tempo periodicamente verificado. São oficiais e fidedignos em toda sua extensão. E têm sido subdivididos por áreas geográficas. Infelizmente, o sigilo do voto não permite classificá-los por idade, sexo, raça, preferências religiosas e outras categorias extremamente úteis para os estudiosos da opinião pública. Até o advento das entidades pesquisadoras da opinião em âmbito nacional, as estatísticas eleitorais constituíam os mais importantes dados disponíveis sobre a opinião. Recentemente, entretanto, essas entidades têm estado coletando uma série de dados que possibilita o estabelecimento de inúmeras classificações e correlações. Esses dados podem ser agora usados para comprovar várias teses relativas ao processo de formação da opinião.

O professor Clark, da Universidade da Pensilvânia, iniciou recentemente um estudo para determinar quais as correlações existentes entre a popularidade do Presidente Roosevelt, indicada pelos inquéritos de Gallup e da revista Fortune, e vários índices econômicos. Embora um alto grau de correlações será valioso para indicar tendências passadas e talvez mesmo predizê-las para o futuro.

O professor Clark está primordialmente interessado em quatro tipos de correlações: 1) o Presidente e a economia agrícola; 2) o Presidente e a economia industrial; 3) o Presidente e a economia trabalhista; 4) o Presidente e as despesas federais. Em cada tipo, as tendências da popularidade do Presidente são comparadas com índices das tendências do setor respectivo da economia. No campo da economia agrícola, as tendências da popularidade do Presidente são correlacionadas com as variações do preço do trigo, dos laticínios e do milho, bem como a sua produção.

No campo da economia industrial, são utilizados índices tais como o da produção industrial as cotações do mercado de ações, as taxas de juros e descontos, a construção de novos edifícios, o custo de vida, os preços de varejo e os preços de atacado. No campo da economia do trabalho, utilizam-se índices de emprego e desemprego, receita, greves e lockouts, salários e filiação a sindicatos. No campo das despesas federais, finalmente, consideram-se os gastos com a Administração de Projetos de Obras, com Administração de Obras Públicas e com a assistência social

Notando-se o grau de correlação em cada caso, bem como o caráter das lacunas, se alguma houver, poder-se-á, obter informação sobre a influência relativa da política agrícola, industrial, trabalhista e financeira do Presidente Roosevelt sobre sua popularidade; o caráter provável de sua política no futuro imediato; as causas das modificações ocorridas em sua popularidade, e muitas outras coisas.

Os dados relativos à opinião, que estão obtidos pelas entidades pesquisadoras, abrem um campo totalmente novo para as pesquisas estatísticas e de opinião pública. Talvez se tenha dado demasiada importância às suas atividades de previsão e pouca aos dados que vem sendo por elas acumulados.

Um recente recurso para determinar a influência relativa dos fatores determinantes do processo formativo da opinião é a técnica estatística das correlações parciais, que foi simplificada e chamada método da análise dos fatores múltiplos. Ele procura obter, por intermédio dos dados estatísticos disponíveis, o mesmo resultado final a que chegamos pelo método das experiências controladas. Procura manter constantes pela simples neutralização estatística dos seus efeitos, os fatores importantes do processo formativo da opinião, para determinar assim o efeito de um fator único.

O professor Gosnell aplicou, recentemente, esta técnica ao estudo da influência da imprensa na opinião pública.

Apresentou seu problema da seguinte maneira: "Há muitas dificuldades nas tentativas de determinação do papel desempenhado pela imprensa no processo democrático. Os jornais modelam a opinião pública ou obedecem a ela? Como se podem separar as diretrizes ocasionais da imprensa das muitas outras variáveis complexas com elas emaranhadas em complicada teia?"

Sem tentar explicar as técnicas estatísticas utilizadas, pode-se resumir o processo empregado da seguinte maneira: importantes jornais em 47 áreas selecionadas da cidade de Chicago. Nessas áreas obtiveram-se os votos recebidos pelos candidatos em um determinado período nas eleições primárias ou gerais, e expressaram-se dados em percentagens do voto total. A atitude dos jornais com relação a cada um desses candidatos, foi determinada pela estimativa do número de centímetros de coluna com que cada um endossava, em texto ou ilustração, o candidato referido. Mas oito variáveis foram então selecionadas, considerando-se cada uma delas como relacionada de algum modo com os resultados das eleições. Preparou-se, então, para as 47 áreas, uma tabela mestra expressando cada uma das 21 variáveis em forma percentual (com exceção da renda média).

Coefficientes da correlação entre o produto e o momento foram então calculados para todas as possíveis combinações das 21 variáveis e apresentados em forma simétrica, proporcionando o que é comumente conhecido como matriz de correlação. A questão era o seguinte: indicam essas correlações padrões de comportamento que possam ser interpretados à luz das recomendações dos jornais?

Os métodos de análise de fatores pressupõem a existência de tendências primárias que devem ser avaliadas em termos das variáveis dadas. Seu objetivo é descobrir quantos fatores gerais e independentes podem considerados importantes em toda uma tabela de correlações. Procura reduzir uma série complicada de relações a um número comparativamente pequeno de fatores. No problema em questão, descobriu-se que as 210 correlações poderiam ser explicadas satisfatoriamente em termos de quatro fatores gerais: 1) voto tradicional republicano nas eleições nacionais; 2) Thompsonismo nas eleições locais e nas eleições primárias republicanas; 3) voto democrata antilei-seca nas eleições nacionais e locais; e 4) voto republicano nas eleições estaduais e locais.

Estes exemplos de atividades recentes no campo da pesquisa fazem sentir a complexidade do problema da análise do processo evolutivo da opinião pública. Não basta enumerar e classificar os numerosos fatores que aí existem. É preciso saber, com maior exatidão, qual a sua influência específica e relativa. A opinião pública não é apenas um critério para a avaliação das nossas Relações Públicas; é também uma força sobre a qual dispomos de algum controle. Quanto mais inteligente a nossa participação em seu processo formativo, tanto maior será sua capacidade de exercer suas funções de controle social.

Publicação original: CHILDS, Harwood L. Formação da opinião. In: _____. *Relações públicas, propaganda e opinião pública*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1967. p. 77-93.

<http://www.rppucc.hpg.ig.com.br/materias/FORMACAO%20DA%20OPINIAO.htm>